

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

No dia 11 de dezembro de 2024, às 14h30min, no formato virtual, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Bárbara Pereira Collier; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Arthur Bruno de Medeiros Teti; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva; Rafael Farias Almeida; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Cleonice Maria dos Santos; Gilmar Correia da Silva; Adailton José da Silva; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Filipe Moura; Rennan Mendes dos Santos.** Conselheiros (as) Suplentes: **Dayvton Diego Almeida; Renato Fonseca; Renan Cabral da Silva; Francisco de Assis do Nascimento.**

01. INFORMES; 1.1 Devolutivas sobre moções (Secretaria de Educação); 1.2 Devolutivas sobre LPG e PNAB.

PAUTA: 01 – Eleições Setoriais (Composição dos membros da comissão eleitoral e cronograma); **02** – Notas e Moções do CEPC.

Rafael Farias iniciou a reunião do CEPC no dia 11 de dezembro, informando que disponibilizaria o link para participação, já que havia muitas pessoas interessadas, inclusive da sociedade civil. Nos informes, destacou a aprovação de um documento pelo Conselho e mencionou que enviou uma cópia para a Secretaria de Educação. Explicou que o documento incluía duas notas: uma de repúdio e outra de moção de apoio às bandas e fanfarras, ressaltando a importância dessas manifestações culturais para o estado e para os artistas dessa área. Rafael informou que solicitou ao Maestro Adailton a redação do texto das notas e pediu à Amanda que encaminhasse as cópias tanto para a ASCOM quanto para a Secretaria de Educação. Destacou que as notas deveriam chegar ao responsável pelo encontro de bandas, mesmo sem saber o título exato do evento. Ele afirmou que aguardava um retorno da Secretaria de Educação e não sabia se havia algum representante da instituição presente na reunião. Por fim, antes de abrir as inscrições para fala, Rafael pediu que todos respeitassem o limite de três minutos para garantir que todos pudessem se manifestar. Ele então passou a palavra ao Maestro Adailton, acreditando que sua fala estaria relacionada ao tema das notas aprovadas.

Maestro Adailton relatou a situação de frustração e desvalorização enfrentada pelo segmento de bandas e fanfarras em Pernambuco. Explicou que a Copa Pernambucana, maior evento estudantil do segmento na América Latina, foi cancelada pela Secretaria de Educação na sexta-feira anterior ao início, que estava programado para o final de semana. O cancelamento ocorreu mesmo com o calendário, normativas, transporte e fornecedores já organizados. O maestro informou que representantes da associação do segmento participaram de uma reunião com a Secretaria de Educação, onde foram discutidas questões relacionadas à retomada do evento no próximo ano. Ele destacou a relevância da nota de repúdio publicada pelo Conselho, que ganhou ampla visibilidade nos grupos relacionados ao segmento. Adailton também mencionou a suspensão da segunda parcela do pagamento anual de R\$ 3.000, dos quais apenas R\$ 1.500 haviam sido pagos em junho, com a

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

justificativa de um possível contrato até o final do mês. Por fim, agradeceu ao Conselho pela aprovação da moção de apoio e ressaltou a importância de união e trabalho coletivo para fortalecer o segmento e combater ações desrespeitosas. **Marcelo de Ogum** iniciou sua fala agradecendo à Secult e à Fundarpe pela realização do Dia do Palhaço, o que também incentivou a Prefeitura do Recife a promover o evento. Informou que as comemorações estaduais aconteceriam no dia 15, com um cortejo saindo do Banco do Brasil, no Recife Antigo, incluindo intervenções artísticas de palhaços e brincantes. Convidou todos os presentes a participarem. Em seguida, destacou sua preocupação com a falta de repasses aos fazedores de cultura popular por parte da Prefeitura de Garanhuns. Criticou a declaração do secretário de Turismo, que afirmou ter pago 90% dos artistas, embora diversos fazedores de cultura que participaram do Festival de Inverno de Garanhuns (FIG) ainda não tenham recebido. Ressaltou que muitos arcaram com despesas significativas para suas apresentações e considerou injusto que não fossem pagos, especialmente após o repasse de recursos do governo estadual à prefeitura. Marcelo informou que um grupo de representantes culturais, incluindo artistas de circo, maracatu, quadrilha e um representante do sindicato dos artistas, organizaria uma viagem ao município de Garanhuns para buscar explicações diretamente com o secretário de Turismo e a secretaria de Cultura. Ele solicitou ao Conselho a elaboração de uma nota questionando os critérios utilizados para o pagamento dos 90% alegados pela prefeitura. **Rafael Farias** reiterou que o Conselho já havia emitido uma nota enviada diretamente à Prefeitura de Garanhuns, o que resultou na resposta emitida pela administração. Ele mencionou que ainda não teve acesso oficial à resposta, mas considerou a possibilidade de, dependendo do conteúdo, elaborar uma nota de repúdio para aprovação no grupo do Conselho. Criticou a prática recorrente de priorizar o pagamento de artistas da cultura popular por último, uma situação frequente não apenas em Garanhuns, mas também em outras localidades. Ressaltou seu apoio à causa e se dispôs a acompanhar a delegação na viagem a Garanhuns, caso fosse possível articular a participação. Encerrando sua fala, passou a palavra para Wagner Egito. **Wagner Egito** informou que alguns grupos de cultura popular confirmaram o recebimento dos recursos do FIG, ressaltando a necessidade de um balanço detalhado sobre os pagamentos. Sobre as bandas e fanfarras mencionadas pelo Maestro Adailton, reforçou a importância de um representante da Educação esclarecer a situação ao Conselho. Ele destacou que o Funcultura está em fase de finalização, com a maior parte dos resultados divulgados, e sugeriu a realização de uma reunião em janeiro para avaliar o processo. Criticou o formato do Funcultura e apontou a necessidade de maior transparência, incluindo a disponibilização das súmulas com pareceres e notas individuais dos pareceristas no Mapa Cultural. Ressaltou a importância de analisar as divergências nas avaliações e destacou a necessidade de evitar a duplicitade de proponentes nos editais do Funcultura e do PNAB, considerando os recursos limitados. Wagner também mencionou que restam vagas em algumas comissões

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

temáticas, conforme apontado por Amanda, e sugeriu o estabelecimento de um prazo de até dois dias para preenchimento das vagas, garantindo a publicação oficial dos membros no Diário Oficial. Finalizou agradecendo e encerrando seus informes. **Rafael Farias** afirmou que o prazo para o preenchimento das comissões temáticas já foi suficientemente longo. Ele destacou que havia disponibilizado no grupo as comissões individualmente, e algumas pessoas demonstraram interesse, enquanto outras não. Sugeriu estender o prazo por mais um ou dois dias antes de seguir para a publicação oficial. Rafael mencionou também a necessidade de avançar com a pauta da eleição das setoriais, ressaltando que essa é uma demanda antiga e que o processo precisa ser iniciado. Informou ter recebido uma devolutiva de Yasmim, ex-presidente do Conselho, que se comprometeu a disponibilizar duas pessoas para auxiliar na análise dos pareceres e na organização do processo, considerando o volume de participantes e os recursos limitados da equipe. Ele pontuou que, se o tempo permitisse, o tema seria discutido ainda na reunião, apesar do grande número de pessoas inscritas para falar, buscando otimizar os trabalhos e avançar nas deliberações. **Maestro Adailton** convidou os conselheiros e participantes do chat para o aniversário de 54 anos do Maracatu Leão de Ouro, de Condado. Informou que o evento aconteceria no dia 14, às 20h, com apresentações de Ciranda, cantadores de viola e outras manifestações culturais, e destacou a importância de todos compartilharem esse momento de celebração. Ele agradeceu ao Conselheiro Wagner pela disponibilidade em tratar, junto à Comissão de Educação e Cultura, a situação das bandas de fanfarras. Informou que já havia comunicado o coletivo e a associação das bandas infantis sobre a articulação, e mencionou que a colega Cleonice havia agendado uma reunião com o deputado estadual Luciano Duque para o dia 16, às 10h30, na ALEPE. Finalizou expressando gratidão pelo apoio e pela união de forças proporcionada pelo Conselho. **Rennan Peixe** apresentou informes sobre questões relacionadas à Secretaria da Educação, destacando os seguintes pontos: **1. Pagamentos do JEBS:** Informou que os números dos processos administrativos (SEI) referentes aos pagamentos dos grupos culturais contratados para os Jogos Escolares seriam encaminhados ao Conselho. Ressaltou que os pagamentos já estavam no gabinete, aguardando apenas assinaturas e protocolos finais para liberação. **2. Adiamento da Copa de Bandas e Fanfarras:** Explicou que o adiamento se deu por problemas no cumprimento das exigências legais de documentação, o que demandou análises adicionais e substituições, agora sob avaliação da PGE. Esclareceu que, embora a realização estivesse inicialmente programada e confirmada até na agenda da governadora, o jurídico recomendou a suspensão para evitar irregularidades no uso de recursos públicos. A Secretaria de Educação reconheceu a relevância do evento e reiterou que, devido ao tempo restante no ano, a Copa deve ocorrer apenas no ano seguinte. **3. Apoio às Bandas na Copa Norte-Nordeste:** Informou que, em reunião com maestros, o Secretário da Educação se comprometeu a disponibilizar um ônibus para a delegação pernambucana, formada por 10 bandas, permitindo que representem o estado e fortaleçam

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

a cultura e a educação musical na região. Ele finalizou colocando-se à disposição para esclarecer dúvidas e reforçando seu papel como interlocutor entre o Conselho e a Secretaria da Educação, contribuindo para o avanço das discussões e ações. **Maestro Adailton** informou que, antes de uma reunião realizada recentemente, o grupo de maestros começou a se movimentar para cobrar justificativas, já que não haviam recebido informações até então. No dia seguinte, a secretaria convocou a Associação de Bandas e Fanfarras para uma reunião e uma live para esclarecer a situação. Ele, como maestro de uma das bandas que representaria o Norte-Nordeste, lamentou a resposta da secretaria, que alegou que a associação não estava com a documentação em dia, o que impediu o andamento do evento. O maestro expressou tristeza pela devolutiva da secretaria, que culpou a associação por falhas, apesar de ser uma entidade que realiza o evento há 16 anos. Ele ressaltou que o trabalho da associação é sério e que, com a orientação de Yasmim Neves, se inscreveram na PNAB e já passaram por algumas fases, aguardando resultados. Agradeceu a Rennan pelo apoio e anunciou que levaria a devolutiva para a reunião, comprometendo-se a seguir em frente em busca de soluções para o coletivo. **Cleonice Maria** pediu desculpas pelos problemas técnicos ao entrar na reunião, mas destacou a importância do Conselho para Pernambuco. Ela parabenizou o Maestro Adailton por sua insistência em trazer a discussão das bandas e fanfarras para o Conselho, uma causa que, segundo ela, nunca havia sido adequadamente evidenciada. Cleonice ressaltou que, agora, o Conselho estava se envolvendo coletivamente nessa discussão, reforçando seu papel e importância na defesa da cultura pernambucana, independente dos segmentos representados. Ela também agradeceu e parabenizou Rennan pela fala importante e pela contribuição ao trazer pessoas para expor suas responsabilidades ao Conselho. Por fim, Cleonice elogiou Amanda pela organização do tempo durante a reunião, o que ajudou a dar mais dinâmica à discussão, e agradeceu ao presidente pela condução. **Rafael Farias** destacou a importância do Conselho, mencionando que esta semana recebeu muitas ligações e mensagens sobre a PNAB, especialmente de artistas e fazedores de cultura, alguns dos quais apresentaram denúncias. Ele citou o caso de Dona Euza, de Santa Maria da Boa Vista, que relatou exclusão em seu processo de parecer, o que ele considerou uma injustiça. Também mencionou uma denúncia de um grupo da zona rural de Pedra, que se sentiu prejudicado pela falta de acesso à informação sobre o processo, além de uma acusação feita por uma secretaria de Cultura local, que alegou que ele estava tentando se beneficiar de projetos culturais. Rafael enfatizou que o Conselho precisa refletir sobre como os recursos estão chegando nas bases, especialmente nas zonas rurais e para populações como quilombolas e indígenas. Ele também mencionou que a falta de divulgação adequada é um problema sério e que algumas secretarias não têm respeito pelos fazedores de cultura. Rafael concluiu que, embora houvesse muitas denúncias a serem tratadas, era necessário ouvir a secretaria de Cultura, que teria mais informações. Rafael propôs que, primeiro, fossem ouvidas as devolutivas de Amanda ou

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

de alguém do governo, como as meninas do mapa cultural da gerência, que já haviam se manifestado. Em seguida, ele sugeriu ouvir os membros da sociedade civil que quisessem se manifestar, para que as anotações fossem feitas e, quando Yasmim chegasse, ela pudesse trazer as devolutivas. Ele então deu a palavra para Amanda, pedindo as respostas sobre os questionamentos já discutidos no grupo. **Amanda Carneiro** começou a ler a última publicação que enviara a Yasmim, abordando questões da PNAB e LPG. Ela explicou que a prorrogação do prazo aconteceu a pedido dos pareceristas, pois houve muitas desistências e foi necessário remanejar as análises. Alguns pareceristas contratados não concluíram o trabalho no prazo acordado e, pouco antes da data final, avisaram que não conseguiriam finalizar. Amanda solicitou que Wanessa explicasse melhor essa questão. Em seguida, ela confirmou que o pagamento será feito em janeiro, conforme acordado com o setor financeiro. Ela também esclareceu que a comunicação sobre a prorrogação foi feita em uma conversa prévia com o presidente do Conselho, Rafael, explicando as dificuldades enfrentadas e a prioridade dada ao pagamento de técnicos, premiações e bolsas. Por fim, Amanda mencionou que Wanessa Santos poderia dar mais detalhes sobre as tratativas com os pareceristas. **Wanessa Santos** explicou que a Secretaria de Cultura tem um Edital de Credenciamento de Pareceristas, e os profissionais contratados para a análise de mérito dos editais da PNAB não conseguiram cumprir o cronograma estabelecido. Muitos pareceristas não conseguiram concluir as análises dentro do prazo de 15 dias acordado. Diante disso, foi necessário prorrogar o prazo para remanejar as análises e redistribuí-las entre outros pareceristas. Esse processo foi monitorado pelos coordenadores dos editais, que notificaram os pareceristas que não cumpriram as metas diárias. Wanessa se colocou à disposição para responder a eventuais questionamentos. **Rafael Farias** expressou que a questão da prorrogação não estava exatamente nos problemas enfrentados pelos pareceristas, embora reconhecesse as dificuldades da equipe da Secretaria de Cultura. Ele destacou que o real problema estava no lançamento tardio da PNAB, o que prejudicou todo o processo, tanto em Pernambuco quanto em outros estados, devido ao contingenciamento de recursos pelo governo federal. Rafael mencionou que, se o edital tivesse sido lançado mais cedo, o atraso não teria sido tão grave. Ele ressaltou que a insatisfação da classe artística estava relacionada ao fato de que os recursos estavam disponíveis desde janeiro, mas não chegaram às mãos dos fazedores de cultura, impactando negativamente os projetos e as execuções em vários municípios, inclusive em Pernambuco. **Irene Veiga** explicou a diferença entre indutores, que adicionam pontuação extra às notas de mérito, e as cotas nos editais, especialmente no de bolsas. Ela destacou que, apesar da aplicação de indutores, 50 propostas conseguiram aprovação na ampla concorrência nos editais de bolsas, além das aprovadas pelas cotas de reserva. Irene também ressaltou que os editais garantem percentuais mínimos previstos pela instrução normativa, como 25%, 15% e 5%. Ela mencionou que esses números foram obtidos a partir de cálculos preliminares realizados enquanto

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

trabalhava no ranqueamento junto à equipe dos editais de TEC. **Filipe Moura** esclareceu questões discutidas no grupo dos 80 na segunda-feira pela manhã, relacionadas à premiação e bolsas. Ele informou que, no caso de premiações, não haveria dedução de impostos, enquanto na modalidade de bolsas isso só ocorreria para proponentes PJ com fins lucrativos, situação que não estava prevista nas possibilidades do edital. Filipe destacou que essas informações foram socializadas com os conselheiros e que Wllyssys, ao confirmar os dados, questionou se poderia compartilhá-los, o que foi autorizado. O presidente Rafael também agradeceu a disponibilização dessas informações. **Rafael Farias** abordou a questão das contas exclusivas previstas no edital, explicando que isso não implica necessariamente abrir uma conta nova, mas sim zerar o saldo de uma conta existente para que o valor seja depositado ali. Ele questionou se essa exigência se aplicaria também às premiações, considerando que elas não exigem prestação de contas. Rafael destacou que, nesse caso, seria suficiente apresentar um extrato da conta já existente, argumentando que a exigência de uma conta exclusiva para premiações seria desnecessária. Ele mencionou que esse ponto havia sido levantado recentemente. **Cleonice Maria** destacou que o tema das contas exclusivas foi amplamente discutido pela classe, especialmente em relação a premiações e bolsas, que foram compreendidas como diferentes das TECs. Ela observou que algumas pessoas utilizaram contas já existentes, sem zerar o saldo, enviando apenas o número da conta para premiação. Ela questionou se isso foi um erro e se seria necessário abrir contas exclusivas para corrigir a situação. Cleonice afirmou que a compreensão geral era de que, por se tratar de premiações, não havia a mesma exigência de contas exclusivas como nas TECs. **Rafael Farias** destacou a importância de criar um FAQ com perguntas frequentes, proposta que já havia sido discutida anteriormente e defendida pelo companheiro Wllyssys Wolfgang. Ele argumentou que essa iniciativa reduziria questionamentos recorrentes, facilitando tanto o trabalho da equipe quanto a vida da classe artística. Rafael reconheceu os avanços obtidos, como o mapa cultural que forneceu os resultados das avaliações, permitindo que os artistas compreendessem suas notas, o que foi amplamente elogiado. No entanto, ressaltou a necessidade de implementar o FAQ para agilizar respostas e evitar demandas repetitivas que consomem tempo desnecessário. **Filipe Moura** comprometeu-se a buscar viabilidade junto à equipe do mapa cultural para implementar o FAQ com as dúvidas mais frequentes, utilizando um levantamento atualizado, inclusive com questões recebidas no grupo do Conselho. Ele antecipou que Yasmim havia sinalizado recentemente sua disponibilidade para esclarecer dúvidas relacionadas às contas no momento de sua participação na reunião, destacando que ela já estava se preparando para contribuirativamente. **Rafael Farias** sugeriu iniciar a discussão sobre a PNAB e a LPG, destacando a importância de ouvir a sociedade civil, uma vez que o Conselho é composto por membros do governo e da sociedade. Ele reforçou que as manifestações deveriam respeitar as inscrições e pediu que Amanda, a primeira inscrita, desse início às falas da

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

sociedade civil. **Felícia Marinho** abordou questões relacionadas à PNAB, destacando que o foco era a PNAB municipal, não estadual. Ela mencionou a solicitação de impugnação de um edital no Cabo se Santo Agostinho, devido a várias incongruências, como o prazo insuficiente, disparidades na destinação dos recursos e outros problemas. Embora tenha havido um aumento de prazo em um dos editais, outras exigências continuaram inadequadas. Felícia informou que o ofício com a solicitação de impugnação foi encaminhado ao Conselho Estadual e ao Ministério Público. A participação na reunião ocorreu após diálogo com membros do Conselho, visando apresentar a situação enfrentada no município. **Rafael Farias** esclareceu a Felícia que o Conselho possui instrumentos, como moções, notas e recomendações, que podem ser utilizados para ajudar na situação apresentada. Ele sugeriu que o material fosse encaminhado ao Conselho, disponibilizando até mesmo seu contato pessoal para facilitar o envio. Rafael explicou que, embora o foco da atuação do Conselho municipal seja mais direto, o Conselho estadual, com uma abrangência maior, também pode contribuir. Ele reforçou que, ao receber o material por meio do conselheiro mencionado, seria possível emitir uma recomendação e agir dentro das competências do Conselho. **Laís Domingues** relatou sua participação na reunião para expor problemas com sua inscrição como técnica. Ela explicou que inicialmente recebeu notas divergentes dos pareceristas: um atribuiu entre 45 e 50 pontos, enquanto outro deu zero, alegando ausência de comprovações. Laís recorreu, demonstrando que os documentos estavam devidamente anexados, mas seu recurso foi indeferido sem justificativa clara. Ao revisar a súmula, notou que constava apenas uma nota máxima de 45, e, com os critérios de indução, deveria alcançar 50 pontos. Tentando esclarecimentos, Laís entrou em contato com a Secult desde sábado, via WhatsApp, e-mail e telefone, mas não obteve respostas. Após divulgar o caso em suas redes sociais, uma nova nota reapareceu, vinda de um parecerista desconhecido, que alegou que ela não se enquadrava como técnica, pois era documentarista e fotógrafa. Laís contestou essa avaliação, argumentando ser produtora cultural, arte-educadora, bordadeira e editora de vídeo, com mais de 10 anos de experiência comprovada desde 2012. Ela lamentou que o novo parecer tenha surgido após o prazo de recurso, impossibilitando uma nova contestação. Além disso, apontou a inconsistência no processo e sugeriu que alguns projetos podem não ter sido devidamente avaliados, uma situação também relatada por outros participantes que receberam notas zero. Laís finalizou expressando indignação e cansaço com o processo, agravado por sua condição de mãe de um bebê de 8 meses e o esforço dedicado à inscrição dos projetos. **Lima** questionou sobre os recursos da Lei Paulo Gustavo, mencionando que existem mais de 3 milhões disponíveis sem cronograma, previsão ou posicionamento claro da Secult. Ele criticou a comunicação atual, descrevendo-a como fria, distante e robótica, limitada a respostas superficiais em chats e orientações genéricas, como "fiquem atentos ao mapa cultural". Essa falta de proximidade, segundo ele, impede uma troca mais humana e

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

direta. Lima expressou preocupação com o destino das sobras de recursos e com o que pode ocorrer no futuro com a PNAB, defendendo a necessidade de acompanhamento e transparência sobre esses valores. Ele sugeriu que, nos próximos editais, sejam criados espaços ou canais de contato direto com a Secult, possibilitando conversas mais pessoais e eficazes para esclarecimento de dúvidas e apresentação de casos. **Danielle França** relatou problemas com sua inscrição na PNAB como técnica. Ela explicou que trabalha com audiodescrição há 10 anos e foi avaliada por dois pareceristas que atribuíram nota máxima, 50 pontos, nos critérios, mas um deles declarou sua proposta "não habilitada". O parecer afirmou que, apesar de sua trajetória expressiva no campo da cultura, a audiodescrição não seria considerada uma atividade técnica. Diante disso, Danielle enviou um recurso à Secult, explicando que a audiodescrição é uma função técnica, essencial para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, e que consta na lista de profissionais da inscrição, junto com intérpretes de Libras e legendagem. Ela ressaltou que a função, além de contemplada no edital, poderia ser incluída na opção "outros". No ano anterior, Danielle já havia sido premiada como audiodescritora, o que reforçava sua atuação na área. Após o recurso ser indeferido, Danielle buscou atendimento presencial na Secult, mas não conseguiu falar com o coordenador ou com o jurídico, pois estavam em evento em Salvador. A recepcionista tentou ajudar, mas a única orientação foi enviar e-mails à ouvidoria e à Secult, sem obter solução. Danielle expressou indignação com o fato de dois pareceristas aceitarem sua função como técnica, enquanto outro a invalidou, resultando na negativa. Ela questionou os critérios de avaliação e pediu orientação sobre como reverter a decisão, pois não pode mais recorrer formalmente. **Rafael Farias** agradeceu a Danielle e afirmou que seguiria a mesma abordagem adotada em casos anteriores. Ele solicitou que ela deixasse seu contato para que a secretaria pudesse verificar a situação específica. Embora o Conselho não trate de casos individuais, ele reconheceu a necessidade de oferecer apoio à sociedade nesse momento. Rafael destacou que esses erros são recorrentes e espera que não se repitam. Por fim, informou que já havia anotado o contato de Danielle e que encaminharia o caso, junto com outras demandas recebidas, para as responsáveis na Secult. **Euza Brandão** saudou os conselheiros e trouxe uma questão envolvendo a PNAB municipal de Santa Maria da Boa Vista. Ela explicou que apresentou um projeto como mestra da cultura local, recebendo inicialmente uma nota de 88 na avaliação preliminar. Após recorrer, sua nota foi reduzida para 68 devido ao IDH, o que ela considerou absurdo, pois o município tem um IDH único e inferior, diferente de bairros nobres como Casa Amarela ou Boa Viagem, no Recife. Euza destacou que moradores do centro da cidade não tiveram suas notas rebaixadas e que, mesmo após o recurso, a situação não foi resolvida. Ela informou que, enquanto outros beneficiários receberam pagamento, foi deixada de fora e, após acionar o Ministério Público sem solução, decidiu procurar um advogado e entrar na justiça contra o município. A conselheira também lamentou a falta de um Conselho de cultura na cidade,

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

deixando os moradores desamparados, e pediu um posicionamento do Conselho estadual sobre o caso. Ela ressaltou que a situação envolve questões políticas, partidárias e até intolerância religiosa, afetando de forma injustificada projetos locais. Euza permaneceu na reunião em busca de respostas e apoio, mencionando que há outras denúncias semelhantes em Santa Maria da Boa Vista. **Rodrigo Oliveira** iniciou sua fala parabenizando o avanço do edital de premiação para quadrilhas juninas e, em nome da Quadrilha Junina Evolução, questionou a avaliação de sua quadrilha, que recebeu notas muito baixas em interpretações, como 16 e 3, apesar de sua trajetória de 16 anos no movimento cultural e social. Ele destacou que a quadrilha foi premiada, homenageada pela Câmara Municipal do Recife pelos seus 15 anos e recebeu prêmios importantes como o Oscar de Espetáculo Bravo. Rodrigo expressou surpresa pela avaliação negativa, mencionando que a Evolução, que tem atuação significativa no Bairro de Santo Amaro, foi injustiçada, enquanto quadrilhas que estão desativadas ou com pouca atividade foram premiadas. Ele sugeriu uma fiscalização mais rigorosa do edital para garantir a justiça, destacando que sua quadrilha, ativa mesmo durante a pandemia, foi uma das que fomentou a cultura no ciclo junino, com projetos realizados na comunidade. Ele também pontuou que, embora desejasse que todas as quadrilhas ativas fossem contempladas, entendia que o edital deveria premiar as que estavam efetivamente em atividade, e não aquelas sem apresentações ou com nome apenas simbólico. Rodrigo se comprometeu a enviar um e-mail com suas observações, buscando justiça e evitando injustiças como a que sua quadrilha sofreu. **Rafael Farias** agradeceu a Rodrigo pela participação e parabenizou toda a equipe pelo avanço alcançado com o movimento, ressaltando que, apesar das falhas, o edital representou uma conquista importante. Ele reconheceu que o processo não é perfeito, mas que houve progresso, e destacou a importância do diálogo contínuo para melhorias. Rafael enfatizou que, conforme o edital, quadrilhas que não estão em atuação não deveriam ser premiadas, e sugeriu que, para os próximos editais, fosse estabelecida uma regra para premiar apenas aquelas que estão ativamente contribuindo, com base na atuação nos últimos dois ou três anos. Ele lamentou que quadrilhas inativas tenham sido contempladas, prejudicando aquelas que continuam mantendo o legado cultural. **Jean Carlos** falou em nome de Mirelly Gomes da Silva, uma mulher preta do Sertão, que participou do edital de fomento de expressões periféricas. Mirelly enviou todos os documentos solicitados no edital, mas o e-mail foi encaminhado para um endereço incorreto, o que gerou confusão. Ela entrou em contato com a Secretaria de Cultura (Secult), onde foi orientada a enviar um novo e-mail para o mapa cultural, mas até o momento não obteve resposta. Mirelly ficou frustrada com a falta de comunicação e a falha nos processos, e Jean Carlos questionou a quem deveria recorrer para resolver a situação. **Eduardo Rodrigues** expressou sua revolta em relação às injustiças ocorridas no processo de premiação das quadrilhas, destacando que grupos ativos há mais de 10 anos, tanto da área metropolitana quanto do interior, ficaram de fora, enquanto quadrilhas

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

inativas ou que não existiam foram premiadas. Ele relatou a frustração de ver grupos que realmente se esforçam e mantêm a tradição sendo desconsiderados, enquanto outros, como grupos de dança, foram selecionados como quadrilhas, apesar de estarem desatualizados. Eduardo questionou se os avaliadores realmente conheciam as quadrilhas e lamentou o impacto negativo desse processo, que parece ignorar a dedicação e o trabalho árduo dos grupos. Ele pediu que o Conselho reconsiderasse as decisões para garantir que os grupos que merecem reconhecimento sejam justamente premiados. **Rafael Farias** expressou seu compromisso com o movimento das quadrilhas juninas, destacando seu esforço contínuo para garantir o fomento a esse movimento, tanto em nível local quanto nacional. Ele mencionou as dificuldades enfrentadas, como a falta de uma "trava" no edital, o que resultou na premiação de quadrilhas que não estavam em atividade, prejudicando aqueles que realmente mantêm a tradição viva. Rafael reconheceu a angústia dos envolvidos e se comprometeu a entender melhor o processo, reiterando seu apoio. Agradeceu a todos, especialmente a secretária executiva, **Yasmim Neves**, que assumiria a palavra para trazer devolutivas sobre os pontos discutidos, ressaltando a importância do Conselho como ponte entre a sociedade civil e o governo. **Yasmim Neves** iniciou sua fala cumprimentando os presentes e apresentando sua disposição para responder às perguntas em ordem. Começou abordando a PNAB, detalhando que foram lançados três editais: premiação e bolsas, fomento e Cultura Viva. Informou sobre a necessidade de alterações no cronograma do edital Cultura Viva devido à baixa demanda e explicou que o planejamento inicial sofreu ajustes para garantir a execução, incluindo a prorrogação de prazos solicitada por pareceristas. Relatou que dificuldades na entrega de pareceres levaram a atrasos, mas que a equipe conseguiu solucionar os problemas, publicando os resultados finais e iniciando a fase de envio de documentação e concessão via Mapa Cultural. Sobre as contas exclusivas, esclareceu que estas se aplicam apenas a editais de TECs, conforme orientação do Ministério da Cultura. Yasmim destacou o monitoramento diário das atividades e reconheceu que ajustes no cronograma foram necessários devido a fatores externos. Ressaltou a importância das políticas afirmativas para minimizar desigualdades históricas, esclarecendo que as reservas de vagas atendem a critérios de inclusão, como contemplar indígenas, pessoas negras e pessoas com deficiência. Garantiu que todo o processo de seleção foi conduzido de forma transparente pela plataforma do Mapa Cultural. Em relação às denúncias, informou que cada caso é apurado e que proponentes denunciados podem apresentar defesa. Citou como exemplo uma denúncia sobre endereço, explicando que, caso o proponente não comprove sua elegibilidade, será desclassificado e poderá ser aberto um processo administrativo. Reforçou que a equipe jurídica, juntamente com a comissão de editais, conduz essas análises. Yasmim também mencionou o trabalho do núcleo municipal de monitoramento, que colabora com gestores locais para acompanhar a execução das políticas culturais. Reconheceu desafios, como o caso de Santa Maria da Boa Vista, que já foi encaminhado

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

ao Ministério Público. Por fim, reafirmou o compromisso da Secult em manter a transparência, atender às demandas e combater fraudes, reforçando a responsabilidade de garantir que os recursos cheguem aos beneficiários de forma justa e efetiva. **Rafael Farias** apontou dificuldades no preenchimento de recibos e termos de concessão, tarefas antes realizadas pela secretaria, destacando a falta de clareza no processo. Ressaltou a necessidade de mais segurança para auxiliar outros, já que não se sentiu apto a preencher informações sem conhecimento adequado. Também questionou o início dos pagamentos para quem já enviou a documentação, solicitando esclarecimentos sobre o processo. **Cleonice Maria** ressaltou a importância das políticas afirmativas nos editais, destacando que sempre defendeu essas iniciativas por compreender, como mulher negra, a relevância delas. No entanto, expressou preocupação com o equilíbrio entre as políticas afirmativas e o mérito cultural, observando a necessidade de cuidado na avaliação para que um aspecto não sobreponha o outro. Ela mencionou falhas recorrentes nos pareceres e relatou, como exemplo, a inscrição de Domar, um mestre cultural amplamente reconhecido no Sertão, que foi colocado como suplente no edital de mestres. Demonstrou surpresa e questionou os critérios usados, já que Domar, com 62 anos e longa trajetória cultural, não foi classificado como titular, o que a levou a refletir sobre outros casos semelhantes. Cleonice também levantou questionamentos sobre mudanças nos resultados de projetos aprovados após a fase de recursos, em que proponentes passaram de aprovados para suplentes. Ela considerou isso incoerente e defendeu que o governo deveria se responsabilizar por essas alterações, em vez de penalizar os proponentes. Por fim, apontou inconsistências nos pareceres, mencionando casos em que notas de pareceristas divergiam de forma significativa, afetando a avaliação dos projetos. Enfatizou que os recursos destinados devem ser acessados de maneira justa e coerente, contribuindo para melhorias no processo. **Willyssys Wolfgang** relatou o recebimento de diversas reclamações de produtores culturais, especialmente do Sertão e de outras regiões, sobre o critério de trajetória nos editais. Ele mencionou que a premiação técnica se inspirava em iniciativas como as da Netflix e Amazon durante a pandemia, que exigiam que os beneficiários não tivessem vínculo empregatício formal, como CLT. Sugeriu que futuros editais considerassem impedir a participação de pessoas com vínculo trabalhista, priorizando técnicos que atuam por contrato e dependem exclusivamente da cultura. Ele destacou preocupações com as bolsas, onde muitos selecionados excederam a nota máxima estipulada devido a critérios indutores que aumentam a pontuação em até 25%. Apontou que esse mecanismo pode prejudicar o acesso de outros grupos à ampla concorrência e questionou como a Secult equilibraria esse processo, enfatizando que não se tratava de ser contra cotas ou inclusão, mas de garantir equidade. Willyssys também mencionou reclamações sobre disparidades entre notas de avaliadores, casos em que projetos foram avaliados por dois pareceristas em vez de três, e recursos não deferidos. Ressaltou que essas questões foram levantadas por diversos participantes e apresentou um compilado de

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

perguntas recebidas ao longo da semana, solicitando esclarecimentos e medidas corretivas da Secult. **Wagner Egito** destacou a insatisfação com o modelo atual de contratação de pareceristas, considerando-o injusto devido à falta de controle sobre a demanda de projetos atribuídos a cada profissional. Ele apontou que muitos pareceristas priorizam a remuneração em detrimento da qualidade e justiça do resultado final. Mencionou também que o atraso no início do programa PNAB agravou a situação, deixando pouco tempo para solucionar problemas previsíveis, como desistências e sobrecarga dos avaliadores. Ressaltou que a ausência de um controle efetivo sobre os pareceristas compromete a imparcialidade e a qualidade das avaliações. Criticou a falta de uma equipe exclusiva para gerenciar o programa Aldir Blanc, enfatizando que a sobrecarga da equipe da Secult prejudica a centralização e a clareza das informações. Ele sugeriu a criação de uma estrutura semelhante à do Funcultura, com uma superintendência dedicada para garantir a eficiência e evitar conflitos entre editais. Mencionou ainda a necessidade de revisar continuamente as políticas culturais, especialmente no que diz respeito às cotas e aos critérios indutores, de forma a evitar exclusão ou injustiças. Sobre os erros identificados em editais, como os citados por Laís, defendeu um retorno sistemático sobre as soluções adotadas para aumentar a transparência. Por fim, abordou o atendimento ao público na Secult, sugerindo melhorias na organização e acessibilidade, especialmente em razão da localização e estrutura física, que dificultam o acesso e causam sensação de distanciamento por parte dos visitantes. **Marcelo de Ogum** abordou as dificuldades enfrentadas pelos mestres e mestras da cultura popular para participar da PNAB, destacando que muitos deles não sabem elaborar projetos e dependem de produtores, que frequentemente estão sobrecarregados. Como resultado, muitos mestres do interior de Pernambuco ficaram de fora do processo, não por falta de interesse, mas por limitações na capacidade dos produtores em atender a todos. Ele sugeriu a criação de um edital especial para garantir que os recursos cheguem diretamente aos mestres, facilitando sua inclusão. Comentou que, para o próximo ciclo da PNAB, seria importante dialogar previamente com o Conselho para encontrar soluções mais adequadas. Criticou, ainda, o sistema atual de avaliação, mencionando casos de pareceres que atribuíram notas zero sem justificativa, o que excluiu importantes figuras da cultura popular. Exemplificou com situações de mestres conhecidos que foram desclassificados, apesar de sua relevância cultural. Por fim, Marcelo mencionou a necessidade de revisar questões internas da Secult, sugerindo que problemas identificados com coordenadores fossem resolvidos de forma direta. Reforçou a importância de ajustes no sistema para evitar exclusões injustas e fortalecer o apoio à cultura popular. **Yasmim Neves** relatou as medidas adotadas pelo setor financeiro, que estava analisando e tratando documentos recebidos para habilitar ou não proponentes, conforme o edital. Destacou que o pagamento estava previsto para iniciar no dia 17, após a validação e cadastramento no sistema. Apontou dificuldades com documentos incorretos, como contas conjuntas e sociais, que eram recusados. Explicou

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

que, em caso de pendências, seriam realizadas diligências. Sobre documentos provisórios, esclareceu que estes não representavam resultados finais, pois o ranqueamento inicial poderia mudar devido à fase de recursos e reanálises. Abordou a contratação de pareceristas como um processo público e informou que aqueles que não cumpriam suas obrigações não seriam novamente convocados. Yasmim também mencionou mudanças no cronograma para atender demandas imprevistas e pediu desculpas pela falta de ofícios ao Conselho, justificando com a correria do trabalho. Ressaltou que o diálogo com o Conselho vinha sendo mantido, especialmente por meio de Rafael, representante ativo nas discussões. Comentou sobre a divisão de atendimento entre Fundarpe e Secult devido à falta de estrutura e assegurou que todos os atendimentos estavam sendo realizados, apesar das limitações. Reiterou seu compromisso com políticas afirmativas e explicou os critérios de avaliação em editais, defendendo a inclusão de diferentes grupos sociais e culturais. Sobre denúncias de fraudes em editais, afirmou que as irregularidades identificadas eram tratadas com rigor, garantindo ampla defesa e abertura de processos administrativos, quando necessário. Ressaltou que o foco era descentralizar recursos e beneficiar novos agentes culturais. Finalizou informando que todas as demandas seriam respondidas, solicitando mais detalhes sobre questões específicas trazidas por membros do Conselho, para promover maior clareza e resolver pendências. **Rafael Farias** propôs marcar uma reunião extraordinária para tratar exclusivamente de pontos pendentes, como a nomeação da comissão eleitoral, que considerava inviável realizar ainda naquele ano. Sugeriu que, após a reunião do dia 18, fosse agendado um novo encontro para iniciar o próximo ano com foco nas eleições setoriais. Todos os presentes concordaram com a proposta. Comentou sobre a confusão gerada pela nomenclatura "selecionado" em editais, sugerindo que fosse substituída por termos como "pré-selecionado" para evitar mal-entendidos, especialmente quando candidatos passam de selecionados para suplentes. Destacou que muitos fazedores de cultura não compreendiam que se tratava de uma fase preliminar, o que gerava frustração. Rafael também criticou a divulgação de resultados finais em um sábado, observando que isso dificultava o acesso a respostas pelo Maxbot, que ficou congestionado. Reforçou a necessidade de criar um FAQ com respostas frequentes, acreditando que isso reduziria a demanda por atendimento. Após suas considerações, passou a palavra para Yasmim falar sobre a LPG. **Yasmim Neves** explicou que a questão dos selecionados e não selecionados estava sendo tratada com o Ministério, incluindo a possibilidade de alterações no processo, o que já estava em pauta. Ela colocou-se, junto com toda a equipe da Secretaria, à disposição para avaliar possíveis injustiças nas avaliações ou erros cometidos por pareceristas. Afirmou que, embora houvesse um número limitado de vagas e critérios como notas e qualidade dos projetos fossem determinantes, a intenção não era prejudicar ninguém. Garantiu que injustiças seriam corrigidas sempre que identificadas e que todos os casos seriam analisados, com devolutivas fornecidas tanto ao Conselho quanto aos agentes culturais envolvidos. Caso

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

algum problema não pudesse ser resolvido, comprometeu-se a informar e justificar a decisão. **Rafael Farias** encerrou afirmando que cobraria de Yasmim a questão das quadrilhas juninas, pois havia recebido denúncias e estava sendo questionado por sua base, que pertencia a esse segmento. Disse que conversaria com ela assim que possível para verificar as situações relatadas e garantir oportunidades para os envolvidos. Após isso, passou a palavra para Yasmim e abriu espaço para os conselheiros inscritos. **Yasmim Neves** esclareceu que a equipe da secretaria estava à disposição para trabalhar em conjunto e tratar das demandas apresentadas. Informou que o formulário de relatório já estava pronto, mas aguardava a finalização de uma etapa e a resposta do Ministério sobre a publicação para ser lançado. Confirmou que até segunda-feira os relatórios estariam disponíveis. Sobre a publicação para prorrogação, explicou que a vigência se estendia até 31/12 e que cada proponente teria seu prazo de 60 dias após o término da vigência do termo de execução. Ela destacou que os recursos disponíveis eram destinados exclusivamente à operacionalização e que todas as despesas e publicações relacionadas já estavam sendo finalizadas. Confirmou que quem enviou documentação e assinou os termos no prazo foi devidamente pago. Informou ainda que alguns municípios de Pernambuco haviam feito readequações orçamentárias e que, por isso, não houve devolução de recursos ao Ministério por parte deles. Yasmim explicou que cada termo de execução tinha um período de vigência específico de 12 meses a partir da assinatura, e o prazo para prestação de contas era de 60 dias após esse período. Esclareceu a diferença entre os prazos dos entes federativos, que tinham até 31/12/2024 para executar a LPG, e os prazos individuais dos proponentes, que variavam conforme o termo de execução. Finalizou respondendo às dúvidas e agradecendo pela oportunidade de esclarecer as questões. **Willyssys Wolfgang** esclareceu que a menção à CLT não era sobre ele, mas levantou a possibilidade de discutir no futuro se técnicos contemplados poderiam incluir pessoas empregadas formalmente, como funcionários públicos, que não atuam exclusivamente na área cultural. Destacou que tem recebido reclamações sobre esse ponto. Em relação à LPG, questionou sobre o lançamento de um aditivo nos contratos que prorrogaria o prazo de execução além dos 12 meses e pediu esclarecimentos sobre quando seria feito e o período adicional previsto. Salientou que essa questão não estava relacionada ao prazo geral de 31/12. Willyssys também abordou a falta de contemplados em audiovisual no Sertão, apontando que, mesmo após chamadas para suplentes em várias categorias, essa área não foi atendida. Citou que, no edital de técnicos em audiovisual, todos os suplentes do Sertão foram chamados, incluindo um com nota baixa, de 2,5, em uma escala de 0 a 30. Ressaltou que isso evidenciava uma deficiência em categorias como produção de curtas-metragens, que recebeu entre 500 e 800 inscrições em um universo de 3000 projetos de audiovisual. Finalizou propondo uma discussão sobre as bolsas, destacando a necessidade de compreender e atender às demandas expressas pela comunidade cultural. **Rafael Farias** afirmou a Willyssys Wolfgang e

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Yasmim Neves que pautaria a questão da regionalização em janeiro, destacando a importância de discutir o tema. Defendeu que a regionalização é uma bandeira relevante, especialmente diante do crescimento das demandas do Sertão, que ele considerou insuficientemente atendidas com apenas 20% de contemplação, dado o tamanho da região e o volume de projetos enviados. Rafael ressaltou que o Sertão é a maior região de Pernambuco e que sua diversidade exige maior reconhecimento e compreensão, enfatizando que o conceito de Sertão abrange múltiplos territórios. Propôs trazer a pauta para debate, envolvendo membros como Wllyssys e Cleonice, além de outros representantes, com o objetivo de dar voz à população artística local e apresentar a realidade do Sertão a quem ainda desconhece suas especificidades. Por fim, passou a palavra para Yasmim. **Yasmim Neves** reconheceu que, devido às demandas recentes, não conseguiu priorizar a pauta da regionalização, mas afirmou seu compromisso em trabalhar o tema em 2025. Considerou essencial discutir políticas públicas em conjunto com o Conselho, a secretaria e a sociedade civil, para garantir ações efetivas que beneficiem os agentes culturais que vivem da cultura. Destacou a necessidade de tratar a cultura com seriedade e de entregá-la como uma política pública indispensável, comparando sua importância à educação e à saúde. Sobre os termos de retificação da LPG, explicou que eles já estavam prontos e seriam enviados individualmente aos contemplados nos segmentos do audiovisual. Esclareceu que as propostas contempladas tinham prazos de 36 meses e que, caso fosse necessário, os proponentes poderiam solicitar prorrogação do período de execução por mais 12 meses, mediante justificativa e análise pela equipe da Secult. Reiterou que o processo de prorrogação estava bem definido e garantia transparência e segurança aos proponentes. Yasmim ressaltou a importância de melhorar as ações voltadas aos técnicos, propondo diálogos mais amplos com os setoriais para ajustar políticas e alcançar maior assertividade. Concluiu anotando a agenda de discussões para janeiro, incluindo temas como cotas, políticas afirmativas e métricas de regionalização, com o objetivo de atender às demandas e expectativas dentro das possibilidades do Conselho. **Rafael Farias** agradeceu a Yasmim Neves por sua disponibilidade em trazer devolutivas e responder aos questionamentos do grupo. Informou que havia recebido números de identificação de projetos e que os enviaria à Secult. Também expressou gratidão à sociedade civil pela participação na reunião. Ressaltou a presença de Wllyssys no sertão e incentivou o diálogo entre ele e Yasmim, destacando a importância de apresentar a realidade da região para fortalecer a construção coletiva. Por fim, declarou encerrada a reunião e desejou a todos um até breve. Nada mais havendo a tratar, o presidente **Rafael Farias Almeida** agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a reunião. Eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Amanda Carneiro (**Secretária**)

Rafael Farias Almeida (**Presidente**)

Bárbara Pereira Collier

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Arthur Bruno de Medeiros Teti

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleonice Maria dos Santos

Gilmar Correia da Silva

Adailton José da Silva

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Filipe Moura

Rennan Mendes dos Santos

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

Dayvton Diego Almeida

Renato Fonseca

Renan Cabral da Silva

Francisco de Assis do Nascimento